



EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2016

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Processo: 072.000.113/2016

Interessado: EMATER/DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF

OBJETO: Aquisição de veículos de tração mecânica, duas unidades móveis para atendimento e capacitação de pequenos agricultores do Distrito Federal e Entorno, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

SESSÃO PÚBLICA

RECEBIMENTO PROPOSTAS ATÉ:	14h00min do dia 22/09/2016
ABERTURA PROPOSTAS	14h01min do dia 22/09/2016
SEÇÃO PÚBLICA DE ABERTURA	14h01min do dia 22/09/2016
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	www.comprasnet.gov.br
TIPO DE LICITAÇÃO:	Menor Preço
UASG:	926.241
PROCESSO:	072.000.113/2016
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	EMATER/DF – 14.203
PROGRAMA DE TRABALHO:	20.606.6201.2173.0002
FONTES:	432 – Contrato Repasse nº 773459/2012/MAPA/CAIXA e 220
ELEMENTO DESPESA:	44.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FORMA DE ENTREGA:	INTEGRAL EM ATÉ 120 DIAS
PREGOEIRO: João de Deus Abreu Soares	ENDEREÇO: PARQUE ESTAÇÃO BIOLÓGICA EDIFÍCIO EMATER-DF – ASA NORTE CEP:70.770-915 FAX: 61-3311-9353 EMAIL: licitacoes@emater.df.gov.br

OBSERVAÇÃO: O cadastramento no sítio www.comprasnet.gov.br é essencial para o encaminhamento automático de mensagens a respeito do andamento do certame e a EMATER-DF não se responsabilizará por erro no encaminhamento de mensagens aos licitantes ou interessados em virtude da ausência de informações ou do cadastramento com informações equivocadas.

O edital estará disponível gratuitamente no site: www.comprasnet.gov.br.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2016

A **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL**, por meio do seu Presidente, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que receberá até às **14h00m** do dia **22/09/2016 (horário de Brasília)**, PROPOSTAS para **aquisição de veículos de tração mecânica**, conforme a quantidade e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos. A licitação será do tipo **MENOR PREÇO (por item)**, modalidade Pregão, em sua forma eletrônica e a abertura da sessão ocorrerá no dia **22/09/2016** às **14h01m**. Os procedimentos desta licitação serão regidos pela Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, bem como pelos Decretos Distritais nºs 23.460/2002 e 26.851/2006, Decretos Federais nº 5.450/2005 e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de veículos de tração mecânica, duas unidades móveis para atendimento e capacitação de pequenos agricultores do Distrito Federal e Entorno, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
- 1.2. Integram a este Edital todos os seus Anexos.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital ou que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U de 10 de janeiro de 2001 e art. 4º do Decreto Distrital nº 23.546/03
- 2.2. Os interessados deverão estar previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.
- 2.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 2.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à EMATER-DF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.5. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. As empresas que:

- I. não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- II. estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- III. estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou suspensas pela EMATER-DF, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993;
- IV. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal ou com os Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e Parecer nº 202/2011 – PROCAD/PGDF;

2.6.2. As pessoas físicas e/ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

2.6.3. Empresas constituídas em consórcios e pessoa física não empresária.

2.6.4. O autor do Termo de Referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

2.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.6.6. A pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: (Decreto nº 32.751/11, art.8º)

I - contrato de serviço terceirizado;

II - contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens;

III - convênios e os instrumentos equivalentes.

2.6.7. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o (s) mesmo (s) item(s).

3. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

3.1. As empresas que desejarem participar do Pregão deverão enviar a proposta eletronicamente, até o dia e horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, devendo todos os campos do formulário disponibilizado ser preenchidos, observando as orientações contidas no mencionado endereço.

3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim**, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e praticar de todos os atos neste Pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Subsecretaria de Licitações e Compras, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiro.

4.4. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento público de procuração e/ou particular com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5. Como requisito para a participação no pregão o licitante deverá manifestar que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, **conforme anexo IV deste edital.**

4.6. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

5.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema, Pregoeiro ou de sua desconexão.

5.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante.

5.4. Os licitantes deverão inserir proposta, em língua portuguesa, **com valor unitário** em moeda nacional do Brasil para cada item cotado, **informando uma única marca para cada item** até a data e hora marcada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.5. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) protocolar (em) sua(s) proposta(s), em língua portuguesa, juntamente com a(s) documentação(ões) de habilitação, em envelope fechado e identificado o pregão, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no Sistema, no protocolo da EMATER/DF situado no Parque Estação Biológica – Ed. Sede da EMATER/DF – final da Asa Norte Brasília/DF CEP 70.770-915, devendo a(s) proposta(s) conter(em):

- a) nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- b) preço **unitário e total de cada item** cotado, **devendo estar inclusos nos preços ofertados** todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro, emplacamento, CAT, Certificado de Segurança Veicular ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;
- c) indicação de todas **as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas**, de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital;
- d) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega.
- e) **prazo de entrega** não superior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Nota de Empenho ou do Pedido de Fornecimento;

f) indicação de uma **única marca para cada item cotado**.

g) garantia mínima de fabricação de 12 meses, sem limite de quilometragem.

5.6. Caso o prazo de que trata o item 5.5, **letra “d” e “e”**, não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

5.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

5.8. Para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimado pela EMATER/DF. O desrespeito a essa regra levará os itens a serem considerados fracassados, caso não se obtenha êxito com a negociação a ser solicitada, seguindo a ordem de classificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DO JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO.

6.1. A partir do horário previsto no Sistema e informado neste Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

6.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do seu lance e respectivo horário de registro e valor.

6.3. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

6.4. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos ou manifestamente inexecutáveis, assim entendidos:

I – preços excessivos, quando os mesmos apresentarem valores superiores ao preço estimado constante deste Ato Convocatório/Anexo;

II - inexecutáveis, sejam inferiores ao custo de produção, acrescidos dos encargos legais, quando o licitante será convocado para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, e, se não demonstrado, será desclassificado;

6.5 Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.

6.6. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado pelo pregoeiro para a abertura da sessão de lances e as seguintes condições:

6.7.1. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, nos termos do art. 24, § 3º, do Decreto n.º 5.450/2005;

6.7.2. No caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

6.7.3. Poderão ser enviados lances superiores ao menor lance registrado para a primeira colocação com a finalidade de se disputar as colocações subseqüentes.

6.8. No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor preço por item**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado vedado à identificação do detentor do lance.

6.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

6.11. O (a) Pregoeiro(a) poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes da compra do material objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória

6.12. O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

6.13.1. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.14. Por força do que dispõe o artigo 44 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido, observados as seguintes regras:

6.14.1. Será assegurado como critério de desempate preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.14.1.1 Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

6.14.2. Para efeito do disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.14.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

6.14.2.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.14.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre em situação de empate, será efetuado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.14.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no “caput” do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.14.3.1. O disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.14.3.2. No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item e/ou lote em situação de empate, sob pena de preclusão do direito.

6.15. Encerrada a fase de lance o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposto neste Edital.

6.16. Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor valor e o estimado para a contratação.

6.17. Constatado o atendimento pleno às exigências habilitatórias e do Edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

6.17.1. A adjudicação será realizada por item.

6.18. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

6.19. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

6.20. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio de mensagem eletrônica divulgando data e hora da reabertura da sessão;

6.21. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e Anexos, a proposta será desclassificada.

6.22. A licitante vencedora deverá protocolar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no Sistema, sua proposta devidamente adequada ao preço negociado, bem como a documentação de habilitação, nos termos do item 5.5 deste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de lances e negociação, o (a) pregoeiro solicitará o envio dos documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, que deverá ser enviado **em até 90 (noventa) minutos**, incluídos pelos licitantes em campo próprio disponibilizado pelo Sistema, ou ainda, poderá ser estabelecido por conveniência e oportunidade Administrativa também para o número de fax: (61) 3311-9353 ou via e-mail: licitacoes@emater.df.gov.br.

7.1.1. Posteriormente tais documentos deverão ser protocolizados, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no Sistema, no endereço: Parque Estação Biológica Ed. Sede da EMATER/DF – final a Asa Norte – Brasília-DF, CEP.: 70.770-915.

7.2. Para habilitar-se as empresas deverão estar devidamente cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e apresentar a documentação complementar solicitada ou aquela relacionada no Item 7.2.2 deste Edital.

a) A habilitação fica condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como da validade dos documentos cadastrais e de habilitação parcial por meio de consulta “on-line” ao SICAF, no ato da abertura do certame, que será impressa sob forma de “Declaração de Situação”, que instruirá o processo, nos termos dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93, do artigo 3º do Decreto n.º 3.722/2001 e da Instrução Normativa - SLTI Nº 02, de 11 de outubro de 2010, alterada pela Instrução Normativa - SLTI Nº 1, de 10 de fevereiro de 2012;

7.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Declarar, sob as penas da lei, da superveniência de fato impeditivo da habilitação (exigida somente se houver fato impeditivo);

II – Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93) e mão-de-obra infantil nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013. (Modelo Anexo III);

III – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de **Atestado (s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

IV - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br;

V – As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1(um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) cotado(s) constante do Anexo I deste Edital, que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer.

a. A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme regulado pelo subitem 7.2.2 deste edital.

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.2.1.1. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.2.2. As Licitantes não cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:

- I – Declarar, sob as penas da lei, da superveniência de fato impeditivo da habilitação (exigida somente se houver fato impeditivo);
- II – Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93) e mão-de-obra infantil nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013. (Modelo Anexo III);
- III – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;
- V – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;
- VI – Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme preconizado no artigo 1º do Decreto n.º 6.106/2007;

- VII – Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual e Municipal, da sede do licitante;
- VIII - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br;
- IX – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de **Atestado (s) de Capacidade Técnica**, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- X – **Balanco Patrimonial e demais demonstrações** contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b. a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$
$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

- c. as licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) cotado(s) constante do Anexo I deste edital, que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer (Decisão nº 5876/2010-TCDF). A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da Lei, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme estabelecido no inciso X deste subitem. (conforme Decisão nº 5876/2010-TCDF)
- XI – Apresentar registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- XII – Apresentar prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

XIII – Apresentar **registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social** devidamente registrado na Junta Comercial para comprovação do ramo de atividade e do capital social, quando for o caso.

XIV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (www.tst.jus.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.3. Nos termos do art. 43 da Lei Complementar 123 e alterações posteriores havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da micro e empresa de pequeno porte será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização, nos termos da legislação pertinente.

7.3.1. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, neste Edital e Anexos, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame em seus termos ulteriores ou revogar a licitação se decisão oportuna e conveniente, além de incidir a prescrição contida no art. 7º da Lei 10.520/02.

7.4. Os documentos necessários à habilitação, quando enviados ao pregoeiro, deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou mediante cotejo das cópias com os originais pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão de imprensa oficial.

7.5. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.6. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.7. Em todas as hipóteses referidas nos itens 7.2.1 e 7.2.2 deste Edital, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.

7.8. Quando o documento e/ou certidões apresentados não informarem a sua validade deverão estar datados dos últimos 90 (noventa) dias, exceto a Certidão de que trata o inciso V do subitem 7.2.2, deste Edital.

7.9. A empresa que não enviar a documentação de habilitação via “fax” ou “e-mail” quando solicitado pelo (a) pregoeiro (a), ou que não protocolar sua proposta de preço, bem como a documentação de habilitação no prazo estabelecido neste Edital será inabilitada e estará sujeita às penalidades previstas no Decreto 26.851/2006 e alterações posteriores.

7.10. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8. DAS PENALIDADES

8.1 - Das Espécies

8.1.1 – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.2 - Da Advertência

8.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

8.3 - Da Multa

8.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;
- IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
- 8.3.2 – A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93.
- 8.3.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 8.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 8.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:
- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
 - II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- 8.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **8.1.2** e observado o princípio da proporcionalidade.
- 8.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 8.3.1.
- 8.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **8.3.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

8.4 - Da Suspensão

8.4.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando vencido o prazo de advertência emitida pela EMATER/DF e a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

8.4.2 – É competência do ordenador de despesas do órgão contratante aplicar a penalidade de suspensão se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

8.4.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

8.4.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

8.5 - Da Declaração de Inidoneidade

8.5.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

8.5.2 - A declaração de inidoneidade prevista neste item 8.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

8.5.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6 - Das Demais Penalidades

8.6.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no SICAF, estarão sujeitas penalidades definidas em lei;

8.6.2 - As sanções previstas nos subitens 8.4 e 8.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais n s 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

8.7 - Do Direito de Defesa

8.7.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

8.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

8.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

8.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

8.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação, inclusive para o bloqueio da senha de acesso aos sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

8.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 8.2 e 8.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8 - Do Assentamento em Registros

8.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

8.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

8.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos

8.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

8.10 – Disposições Complementares

8.10.1- As sanções previstas nos subitens 8.2, 8.3 e 8.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

8.10.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

9. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

9.1. Para **impugnar** o presente Pregão qualquer licitante poderá fazê-lo em até 2 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, na forma eletrônica pelo endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br no horário de 08h00min às 12h00min e de 14h00mm às 17h00mm.

9.1.1. Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado pela unidade requisitante do material/equipamento ou serviço, decidir sobre a petição.

9.1.2. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

9.1.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimento provenientes de pessoas jurídicas deverão ser assinados por representante legal, comprovado por meio de procuração, estatuto ou contrato social destas, sob pena de não serem conhecidos.

9.1.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

9.1.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

9.2. **Os pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até três dias úteis anteriores** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail: licitacoes@emater.df.gov.br.

9.2.1. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através do site www.comprasnet.gov.br, no *link* correspondente a este edital, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

9.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 10.520/2002, até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no protocolo da EMATER/DF, situado no Parque Estação Biológica Ed. Sede da EMATER/DF, final da Asa Norte- Brasília-DF- Cep. 70.770-915.

- 9.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, devendo registrar sua intenção em campo próprio disponibilizado no sistema, devendo o interessado, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, apresentar as razões do recurso, no protocolo da EMATER/DF, situado no Parque Estação Biológica Ed. Sede da EMATER/DF, final da Asa Norte- Brasília-DF- Cep. 70.770-915. A apresentação de contra-razões dos demais licitantes ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias úteis após o prazo do recorrente.
- 9.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Gerência de Material e Patrimônio da EMATER/DF, situado no Parque Estação Biológica Ed. Sede da EMATER/DF, final da Asa Norte- Brasília-DF- Cep. 70.770-915
- 9.7. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão do pregão, implicará decadência do direito da licitante de recorrer, podendo o (a) pregoeiro (a) adjudicar os objetos à(s) vencedora(s).
- 9.8. Caberá ao (à) Pregoeiro (a) receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e ao Ordenador de Despesas a decisão final sobre os recursos contra atos do (a) Pregoeiro (a), nos termos do art. 8º, IV c/c art. 11, VII, do Decreto 5.450/05.
- 9.9. Manifestada a intenção de interpor recurso, ficarão os demais licitantes intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, nos termos do art. 26, do Decreto 5.450/05.
- 9.10. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Ordenador de Despesas da EMATER/DF, procederá a homologação do certame.
- 9.11. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo, nos termos do § 1º do art. 26 c/c art. 27, todos do Decreto 5.450/05.
- 9.12. Não serão conhecidos os recursos apresentados intempestivamente.

10. DO CONTRATO

- 10.1. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/93, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes, no art. 7º da Lei 10.520 e neste Edital.
- 10.1.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida neste Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e/ou no contrato e das demais cominações legais.



- 10.2. O contrato terá vigência de **12(doze) meses** a partir da sua assinatura ou até o total cumprimento do mesmo.
- 10.3. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 10.4.1. A recusa em assinar o contrato sem motivo justificado, devidamente aceito pela Administração, implica as sanções cabíveis à espécie.
- 10.4. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, nos termos do § 2º, do art. 27, do Decreto 5.450/05.
- 10.5. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.
- 10.6. O contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.7. Incumbirá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento do contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial do Distrito Federal e no DOU quando se tratar recursos de repasse da União.
- 10.8. O contrato poderá ser rescindido conforme o disposto no artigo 78 com os desdobramentos dos artigos 79 e 80, todos da Lei 8.666/93.
- 10.9. É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;
- II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

- 11.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Bens, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 11.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por força do art. 4º do Decreto nº 36.245, de 02 de janeiro de 2015.
- 11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 11.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 11.6. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.
- 11.7. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

12. DA ENTREGA DO MATERIAL

- 12.1. O material deverá ser entregue no prazo e condições estabelecidos neste edital e seu anexo, contado a partir da data de recebimento da Nota de Empenho, em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento;
- 12.2. Será recebido o material:
- I – provisoriamente, mediante termo circunstanciado para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
 - II – definitivamente, mediante termo circunstanciado, após verificar que o material entregue possui todas as características consignadas neste edital, no que tange a quantidade solicitada e qualidade do produto especificada no Edital.

- 12.3. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;
- 12.4. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e neste Edital.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato/Nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.
- 13.2. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o (a) pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.
- 13.3. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará (ão) obrigada(s) a entregar os materiais descritos na Nota de Empenho, no local nela indicado, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas.
- 13.4. A critério do pregoeiro, que deverá justificar previamente no chat de mensagens, **o prazo de 90 (noventa) minutos**, para o envio de documentos por meio de fax ou e-mail, poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.
- 13.5. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.
- 13.6. Ao Ordenador de Despesas da EMATER/DF fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 49 da Lei n.º 8.666/93.
- 13.7. A contratada fica obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei n.º 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º, II).
- 13.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei n.º 8.666/93, art. 65, § 5º).
- 13.9. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Pregão;
- 13.10. O resultado de julgamento do certame será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, e no DOU quando se tratar recursos de repasse da União.



- 13.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 13.12. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), no endereço mencionado no preâmbulo, ou através do fone xx-61- 3311-9426.
- 13.13. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012).

14. DOS ANEXOS

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo II – Planilha de Formação de Preços
- Anexo III – Declaração a que alude o art. 27, inciso V, Lei nº 8.666/1993
- Anexo IV – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade
- Anexo V – Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
- Anexo VI – Declaração de Fatos Impeditivos
- Anexo VII – Declaração de Cumprimento da Lei Distrital nº 4.770/2012
- Anexo VIII – Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa.
- Anexo IX – Minuta de Termo Contratual.

Brasília-DF, de de 2016

ARGILEU MARTINS DA SILVA
Presidente

ANEXO I

PROJETO BÁSICO	
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
GRUPOS	52 - Veículos de Tração Mecânica

I. **OBJETO:** Aquisição de duas unidades móveis para atendimento e capacitação de pequenos agricultores do Distrito Federal e Entorno.

II. **DA JUSTIFICATIVA** – A agricultura familiar é responsável por boa parte do abastecimento de alimentos de primeira necessidade no Distrito Federal, portanto os atores deste processo, agricultores familiares, tem o tempo, como um dos fatores limitantes em suas diversas tarefas diárias, que são realizadas somente pelos membros da família; outros fatores que ainda influem diretamente na utilização do tempo são:

- As distâncias das Unidades Locais a muitas comunidades rurais;
- Os meios de transportes rurais deficitários que são decisivos no rendimento produtivo final da pequena propriedade rural, dentre outros.

Além disso, existe um grupo de pessoas que são muito mais afetadas neste contexto que são:

- a. As mulheres rurais que desempenham muitas vezes o papel de agentes econômicos contribuindo para as rendas das famílias e para o desenvolvimento de suas comunidades de diversas formas. Elas trabalham como empreendedoras, como trabalhadoras rurais, em negócios familiares, como autônomas; elas são ainda responsáveis por uma parcela desproporcional do trabalho doméstico não remunerado.
- b. Os jovens na maioria das vezes que passam despercebidos ou são vistos como aprendizes de agricultor.
- c. Os idosos são um número expressivo na área rural e mesmo sendo aposentados, a maioria continua na vida ativa, inclusive utilizando sua aposentadoria nos gastos da propriedade.

Desta forma, a extensão rural, bem como outros serviços de apoio a produção e capacitação dos agricultores, devem estar ao alcance dos mesmos evitando que se desloquem com as dificuldades acima citadas a Centros de Treinamentos fixos e unidades locais. Para atender a estas demandas a EMATER-DF, irá montar duas unidades móveis, de formação e atendimento, para atuar em toda área do distrito Federal e Entorno, inclusive em eventos dos quais a coordenação é da EMATER-DF no qual atende um número significativo de agricultores familiares.

- II.1. Da quantidade** – Serão adquiridas duas unidades moveis, sendo duas Vans de carga, ambas serão adaptados com os devidos equipamentos e acessórios.
- II.2. Do prazo de entrega** – O prazo de entrega dos veículos com os acessórios e mobiliários devidamente instalados será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão do empenho.

III. DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO: VEÍCULO VAN

1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO VEÍCULO

1. **Tipo:** Veículo tipo furgão, de fabricação nacional, com carroceria em aço e original de fábrica, longo, de teto alto, zero km, modelo do ano da entrega ou do ano posterior;
2. **Potência:** Mínimo de 120 cv;
3. **Câmbio e transmissão:** Manual de no mínimo cinco velocidades para frente e uma ré;
4. **Refrigeração interna:** Ar condicionado independente para a cabine do motorista;
5. **Capacidade de carga:** mínimo de 1.450kg;
6. **Capacidade de Passageiros:** 03 pessoas (01 motorista + 02 passageiros);
7. **Direção:** Hidráulica ou Elétrica;
8. **Capacidade tanque de combustível:** Mínimo de 75 (setenta e cinco) litros;
9. **Sistema de freios:** Disco nas 04 (quatro) rodas com sistema "ABS" ou rodas traseiras freio a tambor;
10. **Air Bags:** Sistema de Air Bags frontal;
11. **Combustível:** movido a Diesel, conforme norma PROCONVE 6 ou mais atual;
12. **Dimensões Externas:** Comprimento mínimo 5.599 mm; - Largura mínima 1990 mm; - Altura mínima (vazio) 2450 mm; - Distância mínima entre eixos 3.900 mm;

13. **Dimensões Internas do compartimento de carga:** Comprimento mínimo 3.600mm, Largura mínima entre caixas de rodas de 1.300mm, Altura mínima de 1800mm;
14. **Tacógrafo Digital:** Registrador Instantâneo Inalterável de Velocidade e Tempo (Tacógrafo) aferido pelo INMETRO (ou pelo menos com o agendamento da aferição);
15. **Equipamentos obrigatórios:** Cintos de segurança retrátil de três pontos;
16. **Outros equipamentos:** Travas elétricas das portas dianteiras, porta lateral e portas traseiras, vidros de portas dianteiras com acionamento elétrico, espelhos retrovisores com regulagem elétrica, tapetes e demais itens de série e acessórios de segurança exigidos por lei de trânsito e não especificados neste Termo de Referência;
17. **Extintores:** 02 Extintores de Pó ABC de 6 kg;
18. **Cor Predominante:** Branco original de fábrica;

1.2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA TRANSFORMAÇÃO DO COMPARTIMENTO DE CARGA PARA POSTO DE ATENDIMENTO MÓVEL

1. **Sistema Elétrico:** O sistema de geração elétrica deve ser suficiente para manter o funcionamento de todos dispositivos eletroeletrônicos com o veículo estacionado ou em deslocamento; Todos os componentes eletroeletrônicos devem ser selecionados para minimizar as cargas elétricas de forma a não exceder a capacidade do sistema gerador do veículo; Todos os componentes e fiação do sistema elétrico devem ser facilmente acessíveis através de painéis para inspeção e manutenção. Todos os interruptores, indicadores e controles devem estar localizados e instalados de forma a facilitar sua remoção e manutenção; Fiação com bitola, de acordo com a carga, identificada no ponto de partida e de chegada e disjuntores automáticos, não sendo permitidos fusíveis; As tomadas e fontes de energia interna deverão ter as seguintes especificações: uma tomada de captação externa do lado da porta lateral corrediça (direito), sendo instalada, na lateral, tendo como ponto de fixação com a porta lateral toda aberta, logo após, de forma que não comprometa a abertura da porta. A tomada deverá ser de 110/220 VCA de acordo com o item 5.6.8.1 da NBR 14.561 e cabo de 25 metros; deverão ser instaladas na lateral esquerda do compartimento interno do veículo, acima do balcão de atendimento 02 tomadas internas de 110/220 VCA do tipo 2P+T.1(um) NOBREAK 12 VCC / 110/220 VCA / 1800 W com sistema de carregador de bateria acoplado e indicador de capacidade de carga das baterias auxiliares com tomada do tipo 2P+T uma tomada junto à porta traseira tipo acendedor 12 Vcc. Os controles elétricos situados na cabine deverão seguir o abaixo discriminado: Chave geral para o compartimento traseiro com acesso pelo motorista; Controles no Compartimento: Deverão ser posicionados no compartimento interno, próximo à porta lateral corrediça, os seguintes comandos elétricos: Interruptor para 02 (duas) luminárias direcionais com iluminação através de LED sobre o balcão de atendimento; Interruptor para 04 (quatro) luminárias com iluminação em LED; Interruptor com luz indicadora quando ligado para as luzes da área traseira; Interruptor com luz indicadora, Interruptor com luz indicadora quando ligado para as luzes da área lateral; Alarme de ré. Baterias; Duas baterias de 12 V cada uma, tipo selada, de alto ciclo, sendo a original do veículo e outra instalada em

compartimento específico com capacidade de mínima de 150 Ah, de fácil acesso para a manutenção. Chave geral: Fornecer e instalar uma chave geral de desconexão elétrica montada na cabine, ao alcance do motorista. Alternador: Instalação de um único alternador original de fábrica com capacidade mínima de 110 ampères, instalação de 02 (duas) baterias auxiliares modelo automotiva de capacidade não inferior a 120 A/h fixada em compartimento adequado à prova de vazamentos e com sistema de acoplamento automático de comutação junto à bateria original do veículo;

2. **Gerador de energia:** Gerador externo compacto movido a gasolina de 2,5Kva, com suporte de fixação para alojamento na parte traseira do compartimento do veículo, a ser utilizado somente quando da falta de energia via captação externa;
3. **Revestimento interno:** Revestimento interno (paredes laterais e teto) deverá ser em compensado naval, revestido de fórmica lisa na cor branca;
4. **Piso:** O piso deve ser construído em compensado naval de 15 mm sobre o piso original do veículo. Os cantos do piso onde o mesmo se encontra com as partes verticais do balcão de atendimento devem ser abaulados com madeira. Após fazer o tratamento de rugosidade do piso, aplicar em cima do mesmo material antiderrapante a base de PVC ou borracha, resistente a abrasão e a ataque por produtos químicos;
5. **Iluminação interna:** Deverá ser fornecida na cabine do motorista, luz interna operável pelo passageiro, quando não disponível pela montadora do veículo; A iluminação do compartimento de atendimento deve ser por meio de 06(seis) luminárias em LED distribuídas uniformemente no compartimento; As luminárias do compartimento de atendimento devem ser suficientes para iluminar todo o vão livre, o compartimento e os degraus das portas laterais. Luzes externas: na lateral direita devem ser instaladas 02 (duas) luminárias de (9w) no suporte do toldo direcionadas para a área externa do veículo;
6. **Bancada e Armários de apoio lado DIREITO e parte TRASEIRA:** Conjunto de armários a serem instalados na lateral direita do salão de atendimento confeccionado em compensado naval ou material de densidade maior, de no mínimo 15 mm de espessura, revestido interna em fórmica branca lisa e externamente em fórmica branca texturada, sendo que na parte traseira deverá esta composta de bancada, de largura de 500mm, sendo composta na parte inferior de 02 portas de correr, com 01 prateleira. Na parte superior da bancada deverá ser instalado um bebedouro tipo garrafão de 20 litros, com sistema de travamento deste equipamento. Em continuidade deste conjunto, o lado direito, deverá estar composto por bancada e conjunto de armários a serem instalados à direita do salão de atendimento, composto na parte inferior da bancada, de 01 portas de correr, vão para instalação de Frigobar no mínimo 80 litros e vão para instalação de Microondas, podendo estes vão ser estendidos para a parte superior da bancada em um único conjunto. Abaixo desta bancada deve ser instalado uma lixeira, destinada a conter o material descartado. Esta lixeira possuirá uma tampa basculante para trás, sendo possível instalação de saco plástico no interior da lixeira, de forma que possa ser

retirado e descartado o material existente; Conjunto de 05 gavetas para acondicionamento de materiais diversos com sistema de travamento que impeçam que as mesmas se abram durante o deslocamento do veículo;

7. **Mesa de atendimento:** Mesa de atendimento em L com tampo de largura mínima 500mm, confeccionado em compensado naval ou material de densidade maior, de no mínimo 15 mm de espessura, revestido interna em fórmica branca lisa e externamente em fórmica branca texturada;
8. **Cadeiras:** 02 (duas) cadeiras tipo interlocutor fixas sem braços com tecido na cor preta e 01 (uma) tipo interlocutora com rodízio e com braços com sistema de regulagem de altura do assento e encosto lombar, com tecido na cor preto. As cadeiras devem ter sistema de travamento a fim de evitar descolamentos quando o veículo em movimento;
9. **Sistema de Áudio e Vídeo:** Sistema de Áudio e Vídeo, composto por: 01 **Notebook** portátil, com no mínimo 4GB de memória, processador com dois núcleos, HD com no mínimo 500 GB, tela com 14 polegadas de LCD em LED, com reproduzidor e gravador de CD/DVD, devidamente instalado na mesa de atendimento. 01 **TV LCD** em LED de 40 polegadas, Full HD, com conversor de TV Digital integrado, com no mínimo 01 Saída de áudio (Mini Jack), 01 Entrada de Vídeo Componente (Y/Pb/Pr), 01 Entrada de Vídeo/Áudio Composto, 01 Saída de áudio (Óptica), 02 HDMI, 02 Entrada de RF (Terrestre/Cabo) e 02 USB e 01 controle remoto, devidamente instalada na parte interna da porta lateral, devendo ser instalado na parte externa da porta lateral vidro temperado transparente (preferencialmente original de fábrica). Esta instalação deve permitir o funcionamento do sistema de Áudio e Vídeo com a porta aberta. 01 **Aparelho de reprodução de CD e DVD**, com leitura possível dos seguintes formatos de vídeos: DivX Ultra, MPEG1, MPEG2, MPEG4, XviD, MP3, PCM, WMA, JPEG, JPEG HD, com no mínimo 01 Saída áudio analógico E/D, 01 Saída progressiva Vídeo Componente, 01 Saída Vídeo Composto (CVBS), 01 Saída digital coaxial, 01 Saída de HDMI, todas na parte traseira do aparelho e 01 entrada USB 2.0 na parte frontal, com controle remoto e microfone devidamente instalado sobre a mesa de atendimento. 02 **caixas de som amplificadas**, com no mínimo 400W de potência, a serem instaladas no suporte do toldo. Todo o sistema de Áudio e Vídeo deverá estar totalmente interligado e integrado aos demais itens eletrônicos (TV, DVD, Notebook e Caixas de Som) sendo que todos os equipamentos instalados, com exceção das caixas amplificadas devem preferencialmente ser da mesma marca, visando melhor conectividade dos elementos;
10. **Sistema de ar condicionado salão de atendimento:** Modelo Ar Condicionado específico para Motortrailer com capacidade de 15.000 BTU/h, fixado na parte superior do teto do veículo de forma central para a adequada distribuição para climatização, com alimentação via captação externa de energia;

11. **Porta de correr interna:** Sistema de porta de correr em vidro temperado ou policarbonato, incolor, com no mínimo 4mm de espessura, a ser instalada na parte interna do salão de atendimento, na porta lateral, visando manter a temperatura interna do salão de atendimento quando do funcionamento do ar condicionado. Este elemento deve possuir trilho deslizante que possibilite seu deslocamento entre a lateral direita do veículo e o revestimento lateral do salão;
12. **Sistema de apoio (frigobar e micro-ondas):** No conjunto de armários especificados na lateral direita do salão de atendimento, deverá haver vãos para instalação de 01 frigobar de 80 litros e 01 microondas de 18 litros, ambos na cor branca e preferencialmente da mesma marca, na voltagem de 220v. Estes devem ser instalados com sistema de travamento a fim de evitar descolamentos quando do veículo em movimento;
13. **Sistema de ventilação:** Ventilador portátil de 03 velocidades tipo a ser instalado em local a ser definido;
14. **Aspirador de Pó:** Aspirador de pó tipo portátil, com potência mínima de 750W;
15. **Pega mão:** Pega mão em perfil de alumínio fixado no teto;
16. **Conjunto de Mesas e Cadeiras Dobráveis:** 01 (um) conjunto de mesa, composto por 01 mesa e 20 cadeiras, de material metálico dobrável a ser acondicionada na parte interna do compartimento, do lado da porta lateral. Este local de acondicionamento deve possuir sistema de travamento para a mesa e as cadeiras metálicas dobráveis;
17. **Estribo lateral lado direito:** 01 (um) estribo lateral na porta lateral a fim de permitir o acesso com maior facilidade ao compartimento de atendimento;
18. **Toldo retrátil:** Toldo externo, confeccionado em trama de poliéster revestida em PVC, na cor branca, montado em estrutura de alumínio pantográfico, com acionamento por meio de rosca sem fim e manivela tipo roll-up, a ser fixado na lateral superior da carroçaria por meio de estrutura interna em aço, resistente a vibrações e intempéries, não se admitindo a utilização de mão francesa. A parte principal do toldo deverá possuir, a logomarca da EMATER-DF;
19. **Tenda sanfonada:** tamanho 6x3 com estrutura no formato pantográfica articulada, estrutura em aço metalon galvanizado, nas chapas 18" e 20", acabamento nas pontas em polipropileno. Sistema de travas e parafusos em aço. Lona de cobertura em PVC TD 1000 com blackout com a logomarca da EMATER-DF. a ser acondicionada em capa de lona na parte interna do compartimento, este local de acondicionamento deve possuir sistema de travamento para a tenda;

20. **Película de proteção solar:** Aplicação de película de proteção solar, conforme resolução do CONTRAN em todos os vidros;
21. **Revestimento acústico/térmico:** Revestimento térmico e acústico do compartimento de carga (salão de atendimento) em placas de poliuretano de alta densidade;
22. **Divisória Salão de Atendimento / Cabine do Motorista:** Divisória em PRFV (plástico reforçado de fibra de vidro) com visor central em perfil de alumínio com vidros translúcidos e de correr, instalada entre o compartimento do motorista e compartimento traseiro;
23. **Vidro Lateral Esquerdo:** Instalação no 1º quadrante do lado esquerdo de 01 (um) vidro temperado transparente (preferencialmente original de fábrica), com dimensões proporcionais ao modelo do veículo, a fim de permitir a entrada de luminosidade natural no compartimento do veículo. Na parte do vidro da lateral esquerda, deverá ser instalada cortina plissada na cor cinza;
24. **Vidro Lateral Direito:** Instalação na porta lateral do lado direito de 01 (um) vidro temperado transparentes (preferencialmente original de fábrica), com dimensões proporcionais a porta lateral deslizante do veículo, a fim de permitir a visualização das imagens projetadas pela TV instalada nesta porta;
25. **Envelopamento (plotagem adesiva):** conforme lay-out especificado pela EMATER-DF.
26. O veículo deverá ser entregue já **emplacado e licenciado**, com todos os equipamentos já instalados, com o Registrador Instantâneo Inalterável de Velocidade e Tempo (Tacógrafo) aferido pelo INMETRO (ou pelo menos com o agendamento da aferição), com todos os compartimentos de fluidos cheios e documentados como veículo transformado, conforme exigências da Legislação de Trânsito e INMETRO – INDISPENSÁVEL A APRESENTAÇÃO DE CAT E CCT PARA O MODELO ADQUIRIDO.

1.3 JUSTIFICATIVA PARA COMPRA EM ITEM ÚNICO

Com o intuito de padronizar toda a transformação da unidade móvel a ser implementado no veículo em questão, entende-se que o relacionamento entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser unificado, em razão da complexidade do projeto proposto, primando também pela qualidade e otimização do projeto Unidades Móveis. Neste sentido, após pesquisa de mercado, estabeleceu-se conceitos e definições que visam justificar a aquisição do veículo e sua implementação em um único item, a saber:

a-) **Acessibilidade:** Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento por um único fornecedor, para a utilização com segurança e responsabilidade dos equipamentos a serem instalados, tendo em vista os detalhes técnicos de autonomia de

funcionamento do posto móvel e sistema elétrico devidamente dimensionado para suportar as cargas inerentes aos equipamentos instalados e demais elementos;

b-) **Aproveitamento de área útil:** Utilizando-se de um só fornecedor, a empresa vencedora do certame poderá, otimizar o espaço disponível para implementação do posto móvel no vão de carga do veículo original, com base nos equipamentos por ela adquiridos, bem como outras áreas passíveis de uso efetivo;

c-) **Projeto sustentável:** Mensura-se que o projeto possui uma importante característica no que tange a eficiência no uso de energia. Desta forma, deve-se padronizar o nível de iluminação, conforto, acústico e de mobilidade ao usuário. Seria impossível desenvolver uma padronização com vários fornecedores trabalhando paralelamente ao projeto principal;

d-) **Desempenho:** Optando-se pela aquisição em um único item, pode-se oferecer melhor desempenho e qualidade na adaptação e condições que possam satisfazer às exigências do usuário, tanto no aspecto de otimização de energia nos equipamentos utilizados, bem como no funcionamento dos sistemas integrados;

e-) **Vida útil e Garantia:** Estima-se que a vida útil deste veículo adaptado por um único fornecedor, gire em torno de 6 a 8 anos. Dentro do período de garantia do veículo e da adaptação (12 meses), pode-se unificar e estreitar o relacionamento entre esta Empresa e um único fornecedor, respondendo o mesmo pela garantia integral do produto, **assistência técnica** e demais intervenções eventualmente necessárias. Em pesquisa de mercado realizada, verifica-se que algumas montadoras de automóveis somente aceitam transformações em seus veículos junto a empresas previamente homologadas, impactando em caso contrário, na perda integral da garantia do veículo.

IV. DO LOCAL DE ENTREGA – Parque estação biológica edifício sede EMATER-DF – Asa Norte – Brasília-DF. Cep. 70770-915 entre 8h00m e 11h00m ou 13h00 e 16h00m.

V. DO RECEBIMENTO – Os objetos deverão ser entregues em até 120 (cento e vinte) dias após a emissão do empenho e estarem em perfeitas condições de uso, acompanhado dos devidos certificados de garantia, softwares de instalação e manuais de instruções.

VI. DA GARANTIA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

a-) Os bens adquiridos deverão ter garantia mínima de 12 meses sem limite de quilometragem, contados a partir do recebimento dos bens.

b-) Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados em concessionárias autorizadas e/ou oficinas credenciadas pelo fabricante, devendo pelo menos uma estar estabelecida no Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO
FEDERAL- SEAGRI -DF
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL –
EMATER-DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO
FEDERAL- SEAGRI -DF
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL –
EMATER-DF

VII. DA ESTIMATIVA DE CUSTO.

LOTE 01 - VAN

Item	Descrição	Quantidade	Preço mediano Unitário	Preço Mediano Total
01	Van Customizada	02	266.500,00*	533.000,00
TOTAL R\$ 533.000,00				

* No valor total proposto estão incluídas todas as despesas com a transformação do veículo, conforme exigências da Legislação de Trânsito e INMETRO

CUSTO TOTAL ESTIMADO
R\$ 533.000,00

VIII. DO PAGAMENTO – O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos equipamentos.

VIII.1. - Para efeito de pagamento, a contratada deverá comprovar a regularidade fiscal com a Fazenda Distrital e Federal, Seguridade Social, FGTS, e regularidade trabalhista.

VIII.2. - As empresas com sede ou domicílio no distrito federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão efetuados exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o decreto nº 32.767/2011;

IX. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A contratada deverá entregar equipamentos (novos), devidamente montados e ajustados à necessidade da EMATER-DF. Os mesmos deverão estar em perfeitas condições de uso, em conformidade com as especificações do objeto, cumprindo sempre os prazos e datas estabelecidas neste Termo de Referência.

IX.1. – Responsabilizar-se pela substituição e instalação do objeto e/ou acessório que apresentar defeitos, devendo apresentar informações no prazo máximo de 72 horas do recebimento do bem.

IX.2. - A empresa vencedora deverá fornecer declaração atestando que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

IX.3. - Os Equipamentos e acessórios devem possuir garantia mínima de 01 (um) ano.

IX.4. - A empresa vencedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IX.5. - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, para entrega do objeto do contrato;

IX.6. - Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços para entrega dos objetos deste termo de referência.

IX.7. - Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

IX.8. - A CONTRATADA não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos.

IX.9. - Os profissionais alocados na realização do serviço deverão ser especializados nas referidas áreas de atuação;

IX.10. - A CONTRATADA deverá permitir o livre acesso aos documentos e registros contábeis, aos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes do Contrato de Repasse N° 773459/2012/MAPA/CAIXA celebrado entre o MAPA, representado pela Caixa Econômica Federal, e a EMATER-DF, bem como aos órgãos de controle interno e externo;

X. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – Efetuar o recebimento dos materiais/equipamentos conforme especificações do objeto.

X.1. - Verificar certidões, atestar notas fiscais, conferir prazos e garantias.

X.2. - Efetuar o pagamento em conformidade com a legislação vigente no Distrito Federal.

X.3. - Aplicar as sanções previstas em lei pelo descumprimento de quaisquer cláusulas deste Termo de Referência.

XI. DAS PENALIDADES: Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições dispostas neste Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto nº 26.851/06 e atualizações, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, facultada à EMATER-DF, a rescisão unilateral do contrato.



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER-DF

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL – SEAGRI-DF



XII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As omissões deste Contrato e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as da proposta.

XII.1. - Fica eleito o foro da Justiça do Distrito Federal para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente, oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato objeto deste Termo de Referência.

XII.2. – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a **Ouvidoria de Combate a Corrupção**, no telefone **0800-6449060**.

Brasília-DF, de agosto de 2016.

SELMA APARECIDA TAVARES
Gerente da GEDES

LETÍCIA PASTOR GOMES MARTINEZ
Executora do Convênio

ALESSANDRO MIGUEL FERREIRA SILVA
Gerente de Material e Patrimônio



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER-DF

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL – SEAGRI-DF



ANEXO II

Planilha de Formação de Preços

Descrição	Qtd.	Fornec.01	Fornec.02	Fornec.03	Médiana	Total
Veículo tipo furgão, de fabricação nacional, com carroceria em aço e original de fábrica, zero Km.	02	250.000,00	266.500,00	420.000,00	266.500,00	533.000,00



ANEXO III

DECLARAÇÃO

Ref.: (Identificação da licitação)

A empresa, inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e não utiliza mão-de-obra infantil nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(Data)

.....

(Representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A _____, inscrita no CNPJ sob o
empresa n^o _____,
sediada no endereço _____,
telefone/fax n^o _____,
por intermédio do seu representante legal Sr(a).

_____, portador(a) da Carteira de Identidade n^o _____
e do CPF n^o _____, DECLARA que a empresa atende a todos os
requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios e tem pleno conhecimento das
exigências previstas no Edital, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome,
assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados direto ou
indiretamente por seu representante, nos termos do Decreto Federal n^o 5.450, de 31/05/2005, adotado no
âmbito do DF através do Decreto n^o 25.966, de 23/06/2005.

Compromete-se, ainda, em encaminhar a presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à
Gerência de Material e Patrimônio, da EMATER/DF, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a
documentação necessária, no endereço: Parque Estação Biológica Ed. Sede da EMATER/DF – CEP 70.770-
915 – Brasília- DF – Final da Asa Norte.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

Representante
Legal

Observações: Preferencialmente preencher em papel timbrado da empresa e apresentar, caso não
cadastrado no SICAF, toda a documentação necessária ao cadastramento, tais como aquelas relativas à:

- I) habilitação jurídica, quando for o caso;
- II) qualificação técnica;
- III) qualificação econômico-financeira, quando for o caso;
- IV) regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;
- V) regularidade fiscal perante s Fazendas Estaduais e Municipais; e
- VI) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7^o da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei n^o 8.666, de 1993.



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

Representante



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, declara à EMATER-DF, sob as penas da Lei, que inexistente fato impeditivo de sua participação no **Pregão nº 0xx/20xx** e que se compromete a informar qualquer fato superveniente que a impeça de participar de licitação.

.....-....., de de
.....
(assinatura do representante legal)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL – SEAGRI-DF
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER-DF



ANEXO VII

DECLARAÇÃO

A empresa (qualificação completa) declara, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX, que atende aos requisitos de habilitação exigidos pela Lei Distrital nº 4.770/12.

Local e data.

Assinatura do representante legal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL – SEAGRI-DF
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER-DF



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa _____ não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Local e data.

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa.



ANEXO IX - MINUTA DO TERMO CONTRATUAL

CONTRATO Nº /2016-GCONV

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (UNIDADES MÓVEIS-VANS), QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL-EMATER-DF E A EMPRESA LTDA - PROCESSO Nº 072.000.113/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER/DF, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI-DF, com sede e foro nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.509.612/0001-04, e no CF/DF sob o nº. 07.331.793.001-57, sediada no Parque Estação Biológica, Edifício EMATER-DF, CEP 70.770-915, neste ato representada por seu Presidente **ARGILEU MARTINS DA SILVA**, brasileiro, casado, Sociólogo, portador do CPF/MF nº 473.494.256-00 e da Cédula de Identidade nº 3.610.216 SSP/DF residente e domiciliado em Brasília - DF, denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF nº, sediada, CEP:....., representada por, residente e domiciliado em Brasília-DF, resolvem celebrar a presente contratação, que se regerá nos termos das cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

2.1.O objeto ora contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Termo de Referência e anexo, fls....., Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 003/2016-EMATER-DF e anexos,, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA às fls....., subsidiariamente na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e demais legislações vigentes, bem como nos documentos constantes do Processo nº 072.000.113/2016-EMATER-DF, Contrato de Repasse nº 773459/2012/MAPA/CAIXA, Processo nº 391.313-36/2012 que fazem parte integrante complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, naquilo que não o contrarie.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

3.1.O Contrato tem por objeto a aquisição de 02(dois) veículos VAN, tipo furgão, de fabricação nacional, com carroceria em aço e original de fábrica, longo, de teto alto, zero km, modelo do ano de entrega ou do ano posterior, capacidade para 03(três) passageiros, tipo automóvel, na cor branca, pintura sólida, licenciado e emplacado, totalmente regularizado e matriculado junto ao DETRAN, consoante específica o Item 01 do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 003/2016-EMATER-DF e anexos, fls....., Proposta Comercial de fls....., que passam a integrar o presente Termo com as características especificadas no Projeto Básico e Termo de Referência, constante do Anexo..... do Edital, como se transcrito aqui estivessem.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

4.1.O Contrato será executado de forma direta, por preço unitário, tipo menor preço, segundo o disposto nos Art. 6º e 10º da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1.O valor total do Contrato é de R\$ R\$533.000,00 (quinhentos e trinta e três mil reais).

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade orçamentária:

14203 – EMATER-DF

Programa de Trabalho: 20.606.6201.2173.0002

Projeto/Atividade/Denominação: Desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural-Prestação de Serviços de ATER-DF e Entorno.

Fonte de Recurso: 220/432

Natureza da Despesa: 44.90.52

Objeto: Van (Gedes)

Valor: R\$533.000,00 (quinhentos e trinta e três mil reais), sendo R\$506.350,00 (quinhentos e seis mil, trezentos e cinquenta reais) na Fonte 432 e R\$26.650,00 (vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta reais) na Fonte 220 ID 4.

6.2. O empenho inicial é de R\$....., conforme Notas de Empenho nº, respectivamente, emitidas em,, sob o evento 400091- Empenho de Despesa, modalidade

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº [12.440/2011](#), visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Bens, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.6. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

7.7. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

8.1. O contrato terá vigência de 12(doze) meses a partir da sua assinatura ou até o total cumprimento do mesmo, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA NONA – Da Garantia e Assistência Técnica dos Veículos

9.1. Os veículos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses e atender no mínimo as exigências contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATANTE:

10.1. A CONTRATANTE fica obrigada a:

10.1.1. Indicar uma comissão composta por seus empregados para recebimento dos veículos, objeto deste Contrato.

10.1.2. Indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 16.098/94, Art. 13, Inciso II e § 3º;

10.1.3. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

10.1.4. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir os termos deste contrato, e ainda, efetuar o pagamento das faturas nos prazos estabelecidos neste instrumento.

10.1.5. Encaminhar durante o período de garantia, os veículos para manutenção preventiva e corretiva somente em empresas autorizadas e/ou designadas pela CONTRATADA.

10.1.6. Sustar o recebimento dos veículos se os mesmos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita na licitação.

10.1.7. Supervisionar a entrega dos veículos e a assistência técnica por intermédio de pessoa devidamente designada e autorizada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA:

11.1. A CONTRATADA fica obrigada à:

11.1.2. A contratada deverá entregar equipamentos (novos), devidamente montados e ajustados à necessidade da EMATER-DF. Os mesmos deverão estar em perfeitas condições de uso, em conformidade com as especificações do objeto, cumprindo sempre os prazos e datas estabelecidas neste Termo de Referência.

11.1.3. Responsabilizar-se pela substituição e instalação do objeto e/ou acessório que apresentar defeitos, devendo apresentar informações no prazo máximo de 72 horas do recebimento do bem.

11.1.4. A CONTRATADA deverá fornecer declaração atestando que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

11.1.5.- Os Equipamentos e acessórios devem possuir garantia mínima de 01 (um) ano.

11.1.6. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.7. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, para entrega do objeto do contrato;

11.1.8. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços para entrega dos objetos deste termo de referência.

11.1.9. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

11.1.10. A CONTRATADA não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos.

11.1.11. Os profissionais alocados na realização do serviço deverão ser especializados nas referidas áreas de atuação;

11.1.12. A CONTRATADA deverá permitir o livre acesso aos documentos e registros contábeis, aos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes do Contrato de Repasse N° 773459/2012/MAPA/CAIXA celebrado entre o MAPA, representado pela Caixa Econômica Federal, e a EMATER-DF, bem como aos órgãos de controle interno e externo;

11.1.13. A contratada deverá entregar os veículos em conformidade com as especificações do objeto, da legislação vigente visando sempre cumprir os prazos e datas estabelecidas neste Termo de Referência.

11.2. Subcláusula Primeira - Da entrega do objeto:

11.2.1 Os veículos deverão ser entregues no Parque Estação Biológica – Ed. EMATER-DF – Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.770.915 – Fone (61) 3311-9301 e FAX (61) 3311-9357.

11.2.2. A entrega deverá ser efetuada de segunda a sexta-feira, no horário das 8h00min às 11 h e das 13h00min às 16h.

11.2.3. Juntamente com os veículos entregues deverão constar os manuais de instruções e demais literaturas técnicas pertinentes, bem como notas fiscais e/ou faturas.

11.3. Subcláusula Segunda – Do prazo de entrega:

11.3.1. A entrega dos veículos deverá ser feita em até 120 (cento e vinte) dias contados após a emissão da nota de empenho e estarem em perfeitas condições de uso, acompanhado dos devidos certificados de garantia, softwares de instalações e manuais de instruções.

11.4.Subcláusula Terceira - Os veículos serão recebidos da seguinte forma:

I – Provisoriamente, mediante termo circunstanciado para efeito de posterior verificação da conformidade dos veículos com as especificações;

II - Definitivamente, mediante termo circunstanciado, após verificar que os veículo entregues possuem todas as características consignadas neste contrato, no que tange a quantidade solicitada e qualidade especificados no Edital.

III - Após o recebimento definitivo dos veículos, será atestada a Nota Fiscal para efeito do pagamento;

IV - Se a CONTRATADA deixar de entregar os veículos dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela CONTRATANTE, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente constante do Edital.

V- Os veículos serão recebidos por empregado ou comissão, devidamente designada pela autoridade da EMATER-DF, em conformidade com as especificações e quantidades exigidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes, vedada a modificação do objeto.

12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotação orçamentária suplementar, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1. O atraso na execução bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa, esta será oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, facultada à CONTRATANTE, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2. – Das Espécies

13.2.1 Caso a CONTRATADA não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, está sujeita às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14 /08/2006:

I – Advertência

II - Multa

III – suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e gravidade da falta cometida.

a) Para a CONTRATADA que, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e gravidade da falta cometida;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 – Da Advertência

13.3.1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a CONTRATADA descumprir qualquer obrigação, e será expedida:

I – pela Central de Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II – pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em tirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4 – Da Multa

13.4.1. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I – 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II – 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão Contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III – 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art.65, § 8º, da Lei Nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art.86 da Lei Nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.2.2. e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.1.

13.4.8. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.4.1. não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 – Da Suspensão

13.5.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da CONTRATADA no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I – Por até 30 (trinta) dias, quando vencido o prazo de advertência, emitida pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, a CONTRATADA permanecer inadimplente.

II - Por até 90 (noventa) dias, quando a CONTRATADA deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III – Por até 12 (doze) meses, quando a CONTRATADA, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a CONTRATADA:

a) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) Receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2. São componentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I – A SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - O ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 - Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item 13.6 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo de sanção.

13.6.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art.87, IV, da Lei nº 8.666 de 1993.

13.7 - Das Demais Penalidades

13.7.1. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- I – Suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e
- II – declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;
- III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3. e 13.5.4.

13.7.2. As sanções previstas nos subitens 13.4 e 13.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores ou 10.520, de 2002:

- I – tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II- tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e
- III- demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 – Do Direito de Defesa

13.8.1. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após ao exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV – o nome ou razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5. Após o julgamento do (s) recurso (s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal- e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.2 e 13.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do artigo 65, § 8º, da Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

13.9 - Do Assentamento em Registros

13.9.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.10.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.11 - Disposições Complementares

13.11.1. As sanções previstas nos subitens 13.2, 13.3 e 13.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas da CONTRATANTE.

13.11.2. Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Rescisão

14.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CONTRATANTE, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

15.1. Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Executor

16.1. A entrega dos bens será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado pela CONTRATANTE, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal;

16.2. Não obstante a CONTRATADA seja única e exclusiva responsável pela entrega dos bens definidos no edital e seus anexos, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

I – Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;

II – Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

III – Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Publicação

17.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela CONTRATANTE, no Diário Oficial do Distrito Federal, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Das Disposições Finais

18.1. Todo e qualquer pedido de alteração deste Contrato oriundo do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 003/2016-EMATER-DF será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a entregar os bens descritos na Nota de Empenho, no local nela indicado, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes da proposta.

18.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei n.º 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º, II).

18.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei n.º 8.666/93, art. 65, § 5º).

18.5. É proibida, por parte da CONTRATADA, remunerar servidor, terceirizado ou estagiário pertencente ao Quadro de Pessoal da CONTRATANTE.

18.6. É vedada a subcontratação, cessão transferência parcial ou total do objeto deste contrato.

18.7. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – Do Foro

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, para surtir os efeitos legais.

Brasília-DF, de junho de 2016

P/ CONTRATANTE:

ARGILEU MARTINS DA SILVA

P/CONTRATADA: